



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO ENSINO-
APRENDIZAGEM DA LEITURA EM SÉRIES INICIAIS

AMANDA CRISTINA FERNANDES

NATAL-RN
2016

AMANDA CRISTINA FERNANDES

O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO ENSINO-
APRENDIZAGEM DA LEITURA EM SÉRIES INICIAIS

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia, na modalidade à distância, do Centro de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da professora Ms. Christiane Fernandes dos Santos.

NATAL-RN
2016

O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DA LEITURA EM SÉRIES INICIAIS

Por

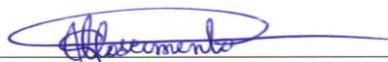
AMANDA CRISTINA FERNANDES

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia, na modalidade à distância, do Centro de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA



Ms. Christiane Fernandes dos Santos (Orientadora)
Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA



Ms. Gilcilene Lélia Souza do Nascimento
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN



Ms. Kézia Viana Gonçalves
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA

O planejamento pedagógico e suas implicações no processo ensino-aprendizagem da leitura em séries iniciais

Resumo

O planejamento é uma ação indissociável da prática docente, e poderá ser refletido tanto na prática de ensino como no aprendizado dos alunos. O educador que não planeja, acaba improvisando as atividades pedagógicas respaldando negativamente no desenvolvimento cognitivo das crianças. O planejamento precisa fazer sentido para os professores, pois é um meio de organizar o seu pensamento para a prática, aproximando-a de uma forma mais apropriada e eficaz, além de auxiliá-los no desenvolvimento de leitores, tendo em vista a necessidade de apresentar uma postura flexível frente aos diferentes níveis de aprendizagem que os seus alunos apresentam em relação à leitura. Propicia reflexões sobre o significado do ato de ler, quando considerado a individualidade de cada aluno. Considerando a importância do planejamento para o cotidiano escolar, enquanto instrumento capaz de nortear o educador na implementação de uma ação significativa para o ensino da leitura, o presente trabalho objetivou analisar como os professores, dos anos iniciais do ensino fundamental, contemplam, no seu planejamento, os diferentes percursos de aprendizagens dos alunos em relação à leitura. Para tanto, além de uma sucinta revisão bibliográfica pautada em autores como Vasconcellos (1999), Lukesi (1997), Gadotti (2000), Solé (1998) dentre outros, realizou-se uma pesquisa de campo com professores do 2º ao 5º ano da Escola Municipal Raquel Silva, na cidade de Marcelino Vieira – RN. O questionário tratava da concepção docente sobre o ato de planejar, suas implicações para o processo de desenvolvimento do ensino e, também, da aprendizagem dos alunos que se encontram em diversos níveis de leitura. O interesse em investigar sobre a prática do planejar em séries do Ensino Fundamental, de modo que contemple as diversidades de aprendizagem referentes à leitura, emergiu das inquietações da autora durante observações feitas durante o estágio supervisionado III. Diante da análise dos resultados, ficou evidenciado que os professores apresentam uma concepção condizente com a proposta do planejamento, que consiste em traçar metas, suprir dificuldades dentro de um processo de organização e coordenação da ação docente. Desse modo, apreende-se que o planejamento na Escola Municipal Raquel Silva se configura como instrumento norteador e de grande importância para o processo de ensino da leitura em séries iniciais do ensino Fundamental. Diferentes níveis de aprendizagem em relação à leitura é uma realidade em todas as turmas investigadas. Um dos maiores desafios da escola, principalmente do profissional docente, é ensinar o aluno a ler. Dessa maneira, compreende-se que ao chegarem às séries iniciais do ensino fundamental, parte das crianças, da Escola Municipal Raquel Silva sequer apresentam capacidade de decodificar, isto é, dominar o funcionamento do código alfabético, que constitui a essência do processo de alfabetização. Essa questão torna o ato de planejar bastante complexo. Analisar a importância do planejamento pedagógico e suas implicações no processo ensino e aprendizagem da leitura é de grande relevância no processo de desenvolvimento das capacidades e habilidade de cada aluno, tendo em vista que o planejamento pedagógico deve abrir portas para que se possa desencadear uma prática comprometida com a construção de uma educação democrática.

Palavras-chave: Planejamento pedagógico. Ensino aprendizagem. Leitura.

ABSTRACT

The planning is an indissociable action of teaching practice, and will be reflected as much in the practice of teaching as at the learning of the students. The teacher has no plans, end up improvising the pedagogical activities negatively influencing at the cognitive development of children. The planning needs to make sense for the teachers, it is a means of organizing your thinking to practice, bringing it close to a more appropriate and effective way, beyond assist them in the development of readers, in view of the need to present a flexible posture to the different levels of learning that their students have in relation to reading. It provides reflections about the meaning of the act of reading, when considering the individuality of each student. Considering the importance of planning for the school routine, as an instrument capable of guide the educator in the implementation of a significant action for the teaching of reading, the present work aimed to analyze as the teachers, the early years of elementary school, contemplate, in its planning, the different ways of student learning in relation to reading. Therefore, beyond a succinct literature review guided by authors such as Vasconcellos (1999), Lukesi (1997), Gadotti (2000), Solé (1998) among others, it was carried field research the 2nd to 5th year teachers of the Municipal School Raquel Silva, in the city of Marcelino Vieira - RN. The questionnaire dealt with the teaching conception of the act of planning, its implications for the education development process and, also, the learning of students who are at different reading levels. The interest in research on the practice of planning in grades of elementary school, so that contemplate learning differences related to reading, emerged from the concerns of the author during observations made in the supervised training III. Based on the analysis of the results it was evident that the teachers have a consistent design with the proposal of planning, which is to set goals, overcome difficulties in a process of organization and coordination of teaching activities. This manner, it apprehends that planning at the Municipal School Raquel Silva is configured as a guiding instrument of great importance to the teaching of reading process in the early grades of elementary school. Different learning levels in relation to reading is a reality in all investigated classes. One of the biggest school challenges mainly the teaching profession, is to teach students to read. In this manner, it is understood that to they reached the first grades of elementary school, part of the children of the Municipal School Raquel Silva even have the ability to decode, that is, to dominate the functioning of the alphabetical code that constitutes the essence of literacy process. This question makes the act of planning very complex. To analyze the importance of educational planning and its implications in the teaching and learning of reading is of great importance at the process of developing the capabilities and ability of each student, considering that educational planning should open doors so that you can unleash a compromised practice with the construction of a democratic education.

KEYWORDS: Educational planning. Teaching and learning. Reading.

INTRODUÇÃO

O planejamento é parte essencial do cotidiano escolar, é algo bem conhecido pelos educadores, mas poderá ter significados apenas no papel, se for assumido, unicamente como um compromisso burocrático. Nesse contexto, o educador acaba se negando enquanto profissional. E, sem consciência da importância que o planejamento representa na sua prática docente, e conseqüentemente, no processo ensino-aprendizagem, acaba expondo uma postura contraditória.

O educador que não planeja, não reflete sobre a sua prática e acaba improvisando as atividades pedagógicas. Assim, equivocadamente pensa que faz um bom trabalho. Para tanto, o papel desse profissional da educação necessita ser repensado, visto que sua função é, sobretudo, um ato político e precisa problematizar a educação, buscando o porquê e o para quê diante do ato educativo. Corroborando com esse contexto, Fusari (1988) afirma ser preciso assumir que é possível e desejável superar os entraves colocados pelos tradicionais formulários, previamente traçado, fotocopiado ou impresso, onde são delimitados centímetros quadrados para os objetivos, conteúdos, estratégias e avaliação sem articulação e significação ao serem preenchidos, para um ensino de qualidade.

O planejamento precisa fazer sentido para o professor, pois é um meio de organizar o seu pensamento para a prática, aproximando-a de uma forma mais apropriada e eficaz. Ao planejar, antecipa-se uma série de conhecimentos que podem ocorrer na ação e nos preparos para lidar com eles, diminuindo a quantidade de imprevistos, tornando as ações docentes mais precisas e de melhor qualidade, também favorece “o exercício contínuo da ação-reflexão-ação, o que caracteriza o ser educador” (FUSARI, 1988, p.09). As boas práticas em sala de aula mostram-se eficientes e eficazes no cenário educacional justamente porque foram planejadas a partir de uma postura reflexiva sobre a prática a ser planejada. Dessa maneira, o planejamento deverá ser compreendido como um instrumento que visa aprimorar a prática docente, refletindo significativamente, no processo ensino-aprendizagem.

Dessa feita, no que concerne à mediação de uma prática educativa eficiente voltada para formação de leitores, faz-se necessário um planejamento significativo que considere os diversos níveis de aprendizagens apresentados pelos alunos. O planejamento auxilia no desenvolvimento da leitura, tendo em vista que este é o primeiro ponto de partida para o educador desenvolver com eficácia o processo educativo, através do qual poderá ter um direcionamento para sua ação. Portanto, é fundamental que o professor apresente uma nova

postura, buscando o aperfeiçoamento e atualização dos conhecimentos aplicados à leitura e, principalmente, fazendo reflexões sobre o significado do ato de ler.

Diante disso, surge a seguinte inquietação: Como contemplar no planejamento os diferentes percursos de aprendizagens dos alunos em relação à leitura?

O interesse em investigar sobre a prática do planejar em séries do Ensino Fundamental de modo que contemple as diversidades de aprendizagem referentes à leitura, emergiu durante observações feitas numa escola de ensino fundamental, como requisito obrigatório da disciplina estágio supervisionado III. O estágio foi realizado na Escola Municipal Raquel Silva, localizada no município de Marcelino Vieira, no Estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente na turma do 3º ano do Ensino Fundamental.

Durante o referido estágio surgiram inquietações em relação à maneira que os professores poderiam organizar seu planejamento de modo que pudesse atender a heterogeneidade de aprendizagens no ensino da leitura. Constatou-se que os profissionais das séries iniciais do ensino fundamental em observação, tinham a disposição um grande acervo pedagógico para melhor colaboração com o planejamento em relação à leitura, entretanto, os educadores demonstraram insegurança mediante estratégias metodológicas, tendo em vista também, a falta de apoio pedagógico para melhor conduzir essa prática. Apreende-se que é fundamental considerar e contemplar no planejamento docente, o nível de conhecimento de cada educando, procurando, sempre, maneiras diversas de inserir o aprendiz no processo de ensino-aprendizagem da leitura de modo eficaz.

Logo, o objetivo dessa pesquisa foi analisar a importância do planejamento pedagógico e suas implicações no processo ensino-aprendizagem da leitura em séries iniciais do Ensino Fundamental, refletindo, principalmente, sobre as dificuldades que permeiam a prática de planejar para séries que apresentam heterogeneidade de níveis de leitura.

Para a realização deste trabalho buscou-se respaldos teórico em Vasconcellos (1999), Lukesi (1997), Colomer (2007), Gadotti (2000), Solé (1998) Sacristan (2001) dentre outros. Outros. Também, realizou-se pesquisa de campo com 4 (quatro) professores que ensinam nas séries do 2.º ao 5.º ano do ensino fundamental, da Escola Municipal Raquel Silva, localizada na cidade de Marcelino Vieira/RN.

Para a coleta dos dados foi feito um questionário, composto por perguntas abertas, relacionadas ao objetivo proposto. Logo, as informações obtidas foram analisadas de maneira que a apreensão do pesquisador, mediante as percepções dos docentes, propiciasse um diálogo com os autores estudados.

Dessa forma, discorreu-se sobre o planejamento como ferramenta capaz de possibilitar o repensar e o inovar constante da tarefa do educador na execução de uma prática consciente, voltada para a transformação da realidade escolar e para o encaminhamento de uma educação com vista à formação de leitores e escritores competentes críticos, criativos e ativos.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

1.1 O ensino fundamental no âmbito brasileiro: uma breve contextualização histórica

Diante de uma contextualização da educação brasileira, baseada nos estudos de Lima (1969), pode-se averiguar que desde as escolas jesuítas aconteceram grandes avanços em relação ao ensino fundamental. Os estudos revelam que tudo começou em 1549, quando chegaram os primeiros padres da Companhia de Jesus, encarregados de conduzir a educação brasileira. Durante o percurso de 1500-1822 o país se apresentava como colônia, assim a educação assegurava o domínio dos portugueses sobre os índios e os negros escravos, oportunizando-se tanto das riquezas dos índios como do trabalho escravo. No período de 1822-1889, descreve-se uma estrutura de classes sociais, e a educação, além de reproduzir a ideologia, passa a espelhar também a estrutura de classes. Diante dessa realidade histórica algumas transformações passaram a modificar o cenário da educação. Com a constituição de 1934 foi necessária a elaboração de um Plano Nacional de Educação que coordenasse e supervisionasse todas as atividades de ensino em todos os níveis de educação. Foi a partir desse fato que foram regulamentadas as formas de financiamento do ensino oficial em cotas fixas para a Federação, os Estados e os Municípios, fixando-se ainda as aptidões dos respectivos níveis administrativos.

A descentralização da educação básica, instituída em 1834, foi mantida pela República, impedindo o governo central de assumir posição estratégica de formulação e coordenação da política de universalização do ensino fundamental, a exemplo do que então se passava nas nações européias, nos Estados Unidos e no Japão. Em decorrência, se ampliaria ainda mais a distância entre as elites do País e as camadas sociais populares. (LIMA, 1969). Desse modo parte dessa legislação foi absorvida pela Constituição de 1937, na qual estiveram presentes dois novos parâmetros: o ensino profissionalizante e a obrigação das indústrias e dos sindicatos de criarem escolas de aprendizagem, na sua área de especialidade, para os filhos de seus funcionários ou sindicalizados. Foi ainda em 1937 que se declarou obrigatória a introdução da educação moral e política nos currículos.

Nesse percurso temporal, a sociedade brasileira passou a tomar consciência da importância estratégica da educação para assegurar e consolidar as mudanças econômicas e políticas que estavam sendo empreendidas. No entanto, em 1937, instaurou-se o Estado Novo concedendo ao país uma Constituição autoritária, registrando-se em decorrência um grande retrocesso. Após a queda do Estado Novo, em 1945, muitos dos ideais foram retomados e consubstanciados no Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), enviados ao Congresso Nacional em 1948 que, após difícil trajetória, foi finalmente aprovado em 1961, Lei nº 4.024. (BRASIL, 1961).

Em meio a encontros e desencontros históricos, as transformações sofridas pelo tempo e espaço promovem um entendimento mais simplificado em relação à educação e seus níveis de ensino. Conforme a LDB (2006) O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão. No entanto, o ensino fundamental ainda perpassa por problemas inerentes a qualidade do ensino, por mais que o acesso a essa modalidade, esteja praticamente universalizada, é notório o fracasso escolar, diante do contexto que as escolas se encontram.

A Lei n. 11.274/2006 complementa a lei anterior, de modo a definir ao Estado a função que lhe compete no sentido de responsabilizar o domínio público pela oferta de vagas. Nesse âmbito, somos levados a entender que a finalidade legal do texto permitiu o atendimento a um direito educacional, conforme citam Gimeno e Sacristan (2001), o exercício do direito à educação

exige condições materiais que tornem realidade: a) que seja possível o acesso material a uma vaga na escola, garantia que compete ao Estado assegurar. Os Estados costumam aceitar o direito em suas legislações antes de prever as condições necessárias para exercê-lo; b) possibilidade de assistir regularmente às aulas e permanecer na escola durante a etapa considerada como obrigatória, sem obstáculos provenientes das condições de vida externas ou das práticas escolares internas que possam levar à exclusão ou à evasão escolar; [...]. (GIMENO; SACRISTAN, 2001, p.19).

Em consonância com a ideia do autor, convém ressaltar que não é só a implantação do Ensino Fundamental de nove anos, que pode garantir o êxito escolar, mas as responsabilidades do poder público no favorecimento de novas condições necessárias às estruturas das escolas, as ações dos mediadores e outros aspectos, como a própria

flexibilidade dos docentes quanto à prática do planejamento e da sua efetivação. Tais aspectos, associados, condicionam a orientação de um trajeto referente ao comprometimento para a aquisição da aprendizagem dos alunos. Por fim, é válido salientar que esse direito seja atendido na sua essência.

1.2 Planejamento: o que é, porquê, para quê e como realizá-lo

É notório o fato de o planejamento ser uma necessidade constante em todas as áreas da atuação humana. Desse modo, se qualquer atividade exige planejamento, essa necessidade é intrínseca por suas características básicas de estabelecer direções, evitar o improviso, indicar metas, fins e objetivos e traçar caminhos que possam nortear mais apropriadamente a execução das ações. Na educação também não é diferente.

O planejamento escolar se configura como um parâmetro que conduz estratégias que tem como meta colaborar com previsões para melhor favorecer o ensino e aprendizagem. Nesta perspectiva, Baffi (2002, p. 38) argumenta:

Planejamento é um processo contínuo que se preocupa com para onde ir e “quais as maneiras adequadas de como chegar lá”, tendo em vista a situação presente e às possibilidades futuras, para que o desenvolvimento da educação atenda tanto as necessidades do desenvolvimento da sociedade, quanto às do indivíduo.

A partir do que foi exposto, compreende-se que uma das tarefas mais importantes para garantir o sucesso de qualquer iniciativa pedagógica é planejar. Na escola não é diferente, o planejamento se constitui um instrumento teórico-metodológico para intervenção na realidade constituindo-se o próprio eixo de organização que orienta a ação educativa na escola, apontando os caminhos que se deseja trilhar.

A função principal do ato de planejar é possibilitar propostas significativas e transformadoras. Dessa forma, tal prática deve estar em harmonia com a realidade escolar buscando parcerias de forma que a coletividade possa contribuir com os objetivos pelo qual precisam ser alcançados. Para Vasconcellos (1999, p.60), o planejamento tem como finalidade:

Despertar e fortalecer a esperança na história como possibilidade; ser um instrumento de transformação da realidade; resgatar a intencionalidade da ação (marca essencialmente humana), possibilitando a (re) significação do trabalho, o resgate do sentido da ação educativa combater a alienação; explicitar e criticar as pressões sociais e os compromissos ideológicos; dar coerência à ação da instituição, integrando e mobilizando o coletivo em torno de consensos (provisórios, superar o caráter fragmentando as práticas

em educação; ajudar a prever e superar dificuldades; fortalecer o grupo para enfrentar os esforços o tempo e os recursos; diminuir o sofrimento).

Nessa linha de pensamento, é evidente que essas finalidades serão alcançadas se o processo for concebido como uma prática sublime à participação, à democracia e a libertação. Então planejar é uma tarefa vital para o bem-estar do homem e da sociedade. Nesta ótica, planeja-se “para fazer acontecer; para transformar sonhos em realidade. Para transformar nosso trabalho, nossa relação com os alunos, a nós mesmos, a escola, a comunidade, e, no limite, a própria sociedade” (VASCONCELLOS, 1999, p.63). De acordo com Gandin (2000) planeja-se, também, para garantir a eficiência e eficácia da prática educativa. Ambos os autores acreditam no planejamento como meio que permite a organização antecipada da ação, conduzindo a uma melhor estruturação e concretização das finalidades educacionais previstas.

Para que se possa desencadear uma prática de planejamento comprometida com a construção de uma educação democrática é preciso envolvimento sincero de todos os membros do campo educacional na sua elaboração. A participação no processo de planejamento tem a ver com uma questão muito prática: o desejo de que as coisas planejadas realmente aconteçam. Quanto maior o nível de participação, maiores as chances de vermos o planejado realizado.

Precisamos ter em conta que o planejamento é a apenas um instrumento teórico-metodológico. Poderoso, mas instrumento. Porém, depende de sujeitos que assumam tanto na elaboração quanto na realização. Como afirma Vasconcellos (1999, p. 65) “o planejamento tem como um dos pilares básicos a ação.” Portanto, planejar não é um ato isolado da prática, é preciso haver uma relação entre planejar e executar, isto é, precisa-se planejar para agir, e também agir em função do planejado.

1.3 A realidade do planejamento no contexto escolar

Historicamente o planejamento escolar tem sido realizado sob uma perspectiva tecnicista e burocrática, com preenchimentos de formulários, reproduções de planos anteriores e a submissão às orientações e parâmetros curriculares de forma irrefletida, acrítica e mecânica, fragmentária e burocrática dos professores, pouco tem contribuindo para elevar a qualidade da ação pedagógica no âmbito escolar. (LOPES, 1996; FUSARI [s/d]).

Planejar, nas escolas em geral, tem sido um modo de operacionalizar o uso de recursos (materiais, financeiro, humano, didático). As denominadas semanas de planejamento escolar que ocorrem no início de cada ano letivo nada mais tem sido do que um momento de

preencher formulários para serem arquivados na gaveta do diretor ou de um intermediário do processo pedagógico, como o coordenador ou o supervisor. Dessa forma, o planejamento vem deixando de assumir, conscientemente seu papel político, para servir de instrumento puramente formal. Para Luckesi (1997, p. 108):

O planejamento não será nem exclusivamente um ato político- filosófico, nem exclusivamente um ato técnico. Será sim, um ato ao mesmo tempo político- social, científico e técnico: político social, na medida em que está comprometido com as finalidades sociais e políticas; científico, na medida em que não se pode planejar sem um conhecimento da realidade; técnico, na medida em que o planejamento exige uma definição de meios eficientes para se obter os resultados.

A prática reducionista do planejamento, observada nas escolas, ao ato simplesmente técnico é uma forma politicamente ingênua de pensar e agir. É uma forma de fazer do planejado um ato neutro como desejam todos os que defendem uma perspectiva conservadora para a sociedade. Nessa perspectiva Libâneo alerta que “se não pensarmos detidamente sobre o rumo que devemos dar ao nosso trabalho, ficaremos entregues aos rumos estabelecidos pelos interesses dominantes” (LIBÂNEO, 1994, p.222). As concepções simplistas pautadas pelo senso comum que imperam no contexto escolar não auxiliam em nada a atividade de planejar. Ao contrário, atrapalham, na medida em que torce e desvia o verdadeiro sentido e significado deste ato.

A atividade de planejamento, nas condições em que corriqueiramente ocorrem tem colaborado para a contradição e distorção do sentido maior dessa atividade, a qual tem se tornado absolutamente inconsistente para uma ação educacional que tenha uma perspectiva de transformação, assim, conduzindo ao processo de alienação. Vasconcellos (1999, p. 24) enfatiza que “a alienação é como um bisturi social com base econômica e função dos interesses de minorias dominante”. A grande maioria dos professores se encontram alienados em relação à importância e significação do planejamento, pois não questionam, a princípio, a validade de se planejar nem está atento aos seus significados ideológicos.

Além de toda essa problemática, anteriormente apontada, paira sobre os ambientes educacionais um clima de desânimo e incredulidade que impede um processo de planejamento relevante, ou seja, há, conforme menciona Vasconcellos (1999), um descrédito em relação ao planejamento o que dificulta, ou mesmo impossibilita, a concretização de um novo perfil de ensino que contribua para a formação de indivíduos críticos, conscientes e participativos, e, conseqüentemente para a transformação da injusta e desigual sociedade em

que se vive. Com essa postura frente à prática de planejar, assume-se a vida e a prática educativa, em específico, como uma coisa estática, definitiva, como se bastasse somente operacionalizá-la.

Deve-se conceber a elaboração do planejamento como um momento de tomada de decisão onde se definirá a finalidade de educação escolar, para que o fazer pedagógico seja pautado não em um trabalho mecânico, repetitivo, alienado, mas sim, como um trabalho consciente e crítico, visando à transformação e formação crítica dos educandos.

1.4 O planejamento pedagógico como eixo norteador da ação docente

O trabalho do docente é uma atividade consciente e sistemática, permeada por teoria e ações práticas, produz resultado sobre o ser humano, requer reflexão teórico-prática permanente, aprofundamento e compromisso político. Sua complexidade evidencia-se justamente por não se restringir à sala de aula, pelo contrário, está diretamente ligado às exigências sociais e as experiências de vidas dos alunos. Nesse sentido, TARDIF e LESSARD (2005, p. 08) destacam que a docência é “uma forma particular de trabalho sobre o humano, ou seja, uma atividade em que o trabalhador se dedica ao seu “objeto” de trabalho que é justamente um outro ser humano”. Por tal motivo ela é complexa, pois implica a formação de indivíduos.

Entretanto, a não ser numa minoria de casos, parece que para ser professor basta tomar um certo conteúdo, preparar-se para apresentá-lo ou dirigir o seu estudo, ir para um sala de aula, tomar conta de uma turma de alunos e efetivar o ritual da docência (LUCKESI, 1990). Isto demonstra que a atividade de docência tornou-se uma rotina simplista, permeada pelo senso comum, sem que se pergunte se ela implica ou não nas decisões contínuas, constantes e precisas a partir de um conhecimento adequado das implicações do processo educativo na sociedade.

Para Vasconcellos (1999, p. 49) “a tarefa de educar é por demais importante e complexa para ser decidida e feita isoladamente, na improvisação, ao acaso, na base do jeitinho”. A ação do educador não poderá ser executada de qualquer forma, como se toda e qualquer forma fosse suficiente para que ela possa ser bem realizada “ela só poderá trabalhar, a competência técnico-profissional e compromisso político que direcione” (LUCKESI, 1990, p. 116). Além disso, precisa ser pensada para atingir os objetivos educacionais. Essa questão pressupõe que a prática docente seja antecedida de um planejamento efetivo prévio.

Considerando-se que o planejamento é uma ação indispensável á vida pessoal e também profissional, seja da área da educação ou das demais áreas, esta ação é tida no fazer docente como:

[...] processo de análise crítica que o educador faz de suas ações e intenções, onde ele procura ampliar a sua consciência em relação aos problemas do seu cotidiano pedagógico, à origem deles, à conjuntura na qual aparecem e quais as formas para a superação dos mesmos. (FUSARI, s.d[a]).

O planejamento precisa fazer sentido para o professor, pois é um meio de organizar o seu pensamento para prática, aproximando-a de uma forma mais apropriada e eficaz. Ao planejar, antecipa-se uma série de acontecimentos que podem ocorrer na ação docente, preparando-o para lidar com os mesmos, diminuindo a quantidade de imprevistos tornando as ações mais precisas e de melhor qualidade, também favorece o “exercício contínuo da ação-reflexão-ação, o que caracteriza o ser educador (FUSARI, 1988, p. 09)”.

Conforme referenciado anteriormente, o planejamento representa um instrumento teórico-metodológico para intervenção na realidade, este pode ser um suporte para alicerçar a prática docente e auxiliá-los na ampliação de suas competências. Vasconcellos (1999, p. 75) ressalta que “precisa ficar claro que o planejamento não é uma coisa que se coloca como um “a mais” no trabalho do professor, muito pelo contrário é o próprio eixo de organização e definição deste trabalho”.

Em linhas gerais, compreende-se que o planejamento é um subsídio desencadeador do processo de aprendizagem em todos os níveis escolares, inclusive como fator determinante no que diz respeito ao trabalho com a leitura.

1.5 Planejamento: uma ação mediadora para o desenvolvimento do trabalho com a leitura

Atualmente nenhum tema é tão discutido quanto à necessidade de mudar a realidade escolar e a inquietação que a referida necessidade provoca nos professores. Ao adentrar o campo educacional depara-se com uma série de denúncias de uma escola desvinculada da vida abstrata, formalista, autoritária, passiva e etc. No entanto, numa observação mais atenuante - feita durante o período de estágio obrigatório da autora - pode-se perceber que a prática do ensino da leitura, no seu conjunto, pouco tem mudado. O desinteresse dos alunos, os elevados índices de reprovação, evasão escolar, a baixa qualidade da aprendizagem, e principalmente as dificuldades inerentes à leitura, o desgaste do professor, a insatisfação dos

pais, etc., são realidades que perpetua no cenário do ensino fundamental brasileiro. Pinto (2000, p. 91), ao refletir sobre a questão do analfabetismo, afirma que “o passo imediato consiste a definição autêntica do analfabeto que para encontrá-la é necessário superar a definição espontânea, vulgar e, por isso, ingênua que concebe o analfabeto tão somente como o indivíduo que não sabe ler”.

Entretanto, cabe aos mediadores, de um modo geral, participarem de forma mais integradora no processo de formação de sujeitos leitores ativos, tendo em vista que as crianças são criativas, questionadoras, então elas precisam de um suporte maior com mais qualidade e eficiência na hora de proporcionar um ensino que possa garantir possibilidades de aprendizagens de leitura, por isso a necessidade de um ensino prazeroso. Nessa perspectiva Freire aponta que:

É preciso que a educação esteja em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos, adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e história (FREIRE, 1979, p. 21).

Este novo século está exigindo dos educadores o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes voltadas ao pensar, reformular e transformar a prática pedagógica com vistas a mudanças significativas no contexto escolar. É preciso permitir as crianças explorar o meio ambiente natural com as questões sociais e culturais, de acordo com as suas capacidades, conhecimentos prévios e hipóteses que são criadas para explicar os fenômenos observados. Face ao exposto o planejamento escolar é o ponto de partida que visa, sobretudo, a atividade de ler, sendo ela um dos pontos de atenção no planejamento pedagógico, considerando que a leitura é principal fonte de aprendizagem. No entanto, o ato de ler é como se fosse uma “ponte” de suporte contínuo para chegar a outros caminhos distintos.

Mediante a essa compreensão somos conscientes da importância da leitura na sala de aula e em outros contextos também. A mesma deve ser encaminhada de forma prazerosa, de maneira que atenda a heterogeneidade da sala, e que proporcione um aprendizado significativo.

Apreende-se que um fator de fundamental importância para o desenvolvimento da leitura é a motivação. Solé (1998, p.91) aborda essa questão quando diz que:

Situações de leitura mais motivadoras também são as mais reais: isto é, aquelas em que a criança lê para se libertar, para sentir o prazer de ler, quando se aproxima do cantinho de biblioteca ou recorre a ela ou aquelas outras em que, com um objetivo claro resolver uma dúvida, um problema ou adquirir uma informação necessária para determinado projeto abordar um texto e pode manejá-lo á vontade sem a pressão de uma audiência.

São múltiplas as formas de leituras no contexto escolar. Nesse sentido é fundamental ato de planejar, pois dada a complexidade atual dos problemas educacionais e o desabafo de mudança, nosso desejo é que a escola cumpra o seu papel de humanização, emancipação, onde o aluno possa desabrochar, crescer como pessoa e como cidadão, e onde o professor tenha um trabalho menos alienado e alienante que possa repensar, refletir, resignificar sua prática buscando novas alternativas (VASCONCELLOS, 1999, p.18). Para isso, entendemos que o planejamento bem organizado é um excelente caminho para formação de leitores distintos em relação aos níveis de aprendizagens.

Se ter livros nas mãos e tempo para lê-los parece, sob todos os aspectos, uma condição imprescindível para formar leitores, há que começar a pensar uma condição imprescindível de organização que facilitem essa vivência alfabetizada (COLOMER, 2007, p. 118).

Infere-se que é essencial a presença dos livros no espaço escolar para o acontecimento de uma prática significativa. Entretanto, no que concerne ao ensino da leitura, vale ressaltar que muitos são os instrumentos a serem recorridos. Quando o ensino em relação à leitura é flexível e ativo provoca mais interesse no aluno. Então, acredita-se que umas das formas mais eficientes para aquisição da aprendizagem da leitura nos mais diversos níveis de conhecimento é o trabalho realizado a partir de projetos. Pois, esses são desencadeadores de aprendizagens de distintas áreas curriculares. Nesse contexto recorre-se às contribuições Lerner ao assinalar:

(...) É possível articular os propósitos didáticos cujo comprimento é, em geral imediato com propósitos comunicativos que tenham um sentido “atual” para o aluno e correspondam aos que habitualmente, orientam a leitura e a escrita fora da escola. Esta articulação, que permiti resolver um dos paradoxos antes propostos, pode concretizar-se através de uma modalidade organizativa bem conhecida: os projetos de produção- interpretação. (LERNER, 2001, p.119).

Os projetos que envolvem leitura em contextos escolares sempre são pertinentes, pois novos caminhos metodológicos são apontados, contribuindo para a pesquisa nesse campo interdisciplinar que é a leitura. Uma diversidade de materiais escritos deve fazer parte do universo do educando, pois o mediador deve oferecer ao mesmo o maior número possível de leitura para que assim o processo de apropriação esteja avançado e o aluno possa fazer leituras significativas a partir de suas escolhas.

2. Resultados e discussões

2.1 Contexto da pesquisa

A Escola Municipal Raquel Silva, localizada na cidade Marcelino Vieira/RN, é constituída por 18 (dezoito) professores, sendo que 02 (dois) possuem nível superior em pedagogia, 14 (quatorze) pós-graduação e 02 (dois) está cursando nível superior. Do total de professores, 5 (cinco) que ensinam nas séries do 2.º ao 5.º ano do ensino fundamental contribuíram para a análise das questões que nortearam o presente estudo.

A parte administrativa da referida Escola é composta por 01 (um) diretor pós-graduado, 01 (um) vice-diretor pós-graduado e no apoio pedagógico 02 (dois) coordenadores 01 (um) pós-graduado e 01 (um) graduado, 02 (duas) secretárias sendo 01 (uma) graduada e 01 (uma) com ensino médio. Na copa, encontra-se 02 (duas) merendeiras e 02 (duas) auxiliares, 06 (seis) Assistentes de Serviços Gerais (ASG's), 02 (dois) porteiros e 02 (dois) vigias.

Atualmente, a escola atende 300 alunos distribuídos nos turnos: matutino e vespertino e a EJA. Além do Ensino Fundamental, essa escola oferece Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Atendimento Educacional Especializado-AEE. Considera-se um marco na história da “Escola Raquel Silva” a criação da sala do AEE uma vez que, a mesma atende crianças com necessidades educacionais especiais da própria escola, e também da zona rural do município. Outra particularidade da escola é a sala multifuncional, que oferece aos alunos serviços de psicologia e psicopedagogia. Ainda, dispõem de uma sala de informática, com 10 computadores disponíveis para os alunos realizarem trabalho.

Segundo informações obtidas a sala de informática dispõe de 10 computadores, onde os alunos tem acesso quando tem trabalhos que precisam de internet ocorre da seguinte forma: Os alunos do turno matutino vêm à tarde para a aula e os alunos do turno vespertino vem no

horário da manhã. Percebe-se assim, que o acesso aos meios tecnológicos se apresenta ainda escassos.

2.2 O planejamento pedagógico: uma análise na perspectiva do ensino aprendizagem da leitura da Escola Municipal Raquel Silva

O planejamento caracteriza-se como uma atividade de suma importância para a condução da aprendizagem, e conseqüentemente para formação do leitor. Para embasar tal afirmação, além de uma acentuada rebuscagem teórica, averiguou-se a concepção de quatro professores das séries iniciais acerca dessa prática pedagógica, tendo em vista o perfil dos mesmos, suas concepções sobre planejamento, metodologias e implicação para formação leitora. Para tanto, teceu-se uma análise das respostas atribuídas às inquietações presentes no questionário utilizado para a coleta dos dados. A partir das respostas recolhidas pretendeu-se substanciar o presente trabalho, na perspectiva de respaldos teóricos. Posto isso, analisou-se os discursos das professoras sobre a visão do planejamento pedagógico. Mediante tais informações, foi possível compreender de que maneira os sujeitos da pesquisa (professores das séries iniciais) corroboram com a visão de que a prática do planejamento pedagógico contribui significativamente para formação do leitor.

O número de alunos que compõe as turmas dos anos iniciais variam entre 20 (Vinte) e 37 (Trinta e sete) alunos. Essa questão poderá trazer prejuízos no processo ensino-aprendizagem, haja vista que nos anos iniciais torna-se difícil trabalhar com leituras em turma numerosas. Para isso requer atenção para as especificidades múltiplas das crianças, que muitas vezes impossibilitam um aprendizado mais eficaz devido às limitações.

Ao serem questionados sobre a concepção de planejamento, bem como suas implicações para o processo de aprendizagem no ensino da leitura, obteve-se os seguintes resultados:

Professor -1: Planejar para mim é ato fundamental na prática, é traçar metas a qual venha refletir suprir as dificuldades existentes durante a minha atuação em sala, como ser de um grupo na sociedade. A leitura como ensino deve ser prazerosa e ao mesmo tempo contribuidora de novas expectativas para cada um, onde deve ser semelhante ao seu próprio gosto pessoal.

Professor-2: É o processo de organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar. E nesse momento que penso na carência de leitura que nossas crianças têm, então planejo as aulas direcionadas do processo de leitura e escrita.

Professor-3: O planejamento é um instrumento de fundamental importância para que se atinja êxito no processo ensino aprendizagem.

Professor-4: Planejamento é bússola que direciona o trabalho do professor na sala de aula. Implica na tomada de decisão e faz refazer sempre a prática docente na sala de aula.

De acordo com as falas dos professores pode-se constatar que os mesmos apresentam uma concepção condizente com a proposta do planejamento, que consiste em traçar metas, suprir dificuldades dentro de um processo de organização e coordenação da ação docente. Segundo eles, essas articulações direcionam o trabalho do professor e implica na tomada de decisão. Desse modo, apreende-se que o planejamento na Escola Municipal Raquel Silva se configura como instrumento norteador e de grande importância para o processo de ensino da leitura em séries iniciais do ensino Fundamental. Essas concepções estão em consonância com o pensamento de Ostetto ([s/d] p. 1), ao afirmar que. “Planejar é essa atitude de traçar, projetar, programar elaborar um roteiro pra empreender uma viagem de conhecimento, de interação, de experiências múltiplas e significativas para com o grupo de crianças.” Diante disso fica evidente que a postura dos professores contempla respaldos de profissionais que compreendem a necessária prática de se planejar para melhor obter êxito em suas ações pedagógicas.

Sobretudo, é comum a presença de diferentes níveis de aprendizagem no contexto das salas de aulas do ensino fundamental. Na Escola investigada essa realidade não é distinta. Isso fica evidenciado nas falas dos docentes, ao serem questionados sobre as principais dificuldades encontradas no desenvolver de uma prática que contemple os diferentes níveis de aprendizagem quando referidos à leitura.

Professor-1: Uma dessas dificuldades a qual vejo mais constante é que o aluno não está sendo real na sua fase do ALFABETIZAR, ou seja, está chegando no 5º ano sem saber ler e isso dificulta o professor do 5º ano na hora de desenvolver a leitura. Fazendo-nos a ter posição do alfabetizar inicial, onde o mesmo deveria estar lendo fluentemente.

Professor-2: Quando o número de aluno é grande torna mais difícil mas procuro trabalhar com uma diversidade de textos possa atender a todos.

Professor-3: Apesar das trocas de experiências e estudos ainda precisamos de mais cursos de formação continuada, mais tempo para planejarmos.

Professor-4: *Quando se planeja não existem dificuldades que não possam ser superadas, mas é bastante preocupante que se leciona turmas de 4º ou 5º ano que não foram alfabetizados.*

Cada professor reconhece uma variável que pode dificultar o trabalho com a leitura, conforme expresso em suas falas, dentre elas destaca-se a questão do aluno não ser alfabetizado nas séries iniciais, a falta de formação do professor e muitas vezes o grande número de alunos que dificulta um acompanhamento mais aproximado. Para isso, compreende-se que é preciso superar etapas que perpassam o processo “a superação da dialética entre o ‘dever-ser’ e o ‘ser’ entre o pensar e o agir, entre teoria e a prática” (GANDIN 1994, p. 39). Essa forma de planejar remete a desenvolver ações prática-reflexiva com o intuito de transformar a realidade e favorecer uma atitude construtiva permanente.

O tempo destinado aos professores para o planejamento das suas aulas (entre 04 e 05 horas) é percebido, pela maioria dos docentes, como insuficientes para se atender as dificuldades diversas previstas e encontradas no decorrer da ação. Conforme enfatizado pela Professora-2, “*Na maioria das vezes não, mas temos que concluir em casa, pesquisar, questionar como vai ser colocado em prática*”. Conforme o exposto entende-se que os professores reconhecem que o ato de planejar não se restringe ao tempo destinado ao ambiente escolar, pois consiste em práticas cotidianas partindo de leituras, pesquisas, interação e colaboração.

2.3 O processo de ensino e a formação de leitores na Escola Municipal Raquel Silva

Além de analisar a perspectivas dos docentes no que concerne ao planejamento e as suas implicações do processo ensino-aprendizagem referente à leitura, buscou-se compreender em quais metodologias os professores se apropriam de modo a tornar significativo o processo de formação de leitores, ainda nos anos iniciais do ensino fundamental. Os sujeitos entrevistados externaram o seguinte entendimento:

Professor-1: *Observando as habilidades de cada um quanto à apropriação da escrita e da leitura, onde as formas de linguagem poderão vir através da: pesquisas, construção de poesias, leituras expressivas e jogos etc.*

Professor-2: *Procuro aplicar uma metodologia voltada para o processo de leitura e escrita.*

Professor-3: *Com métodos e procedimentos de ensino que provoquem atividade mental e prática dos alunos.*

Professor-4: *Rodas de leitura, textos informativos, leitura deleite.*

Analisando as respostas dos educadores fica evidente que os mesmos não enfatizam diversidade textual, o trabalho com o lúdico, nem experiências vivenciadas com projetos pedagógicos. Segundo Solé,

Desde muito pequenos, as crianças constroem conhecimentos sobre a leitura e a escrita e, se tiverem oportunidade - isto é, se alguém for capaz de se situar no nível desse conhecimento para apresenta-lhe desafios ajustados - poderão ir construindo outros, que a cada vez estarão mais de acordo com o ponto de vista do adulto. (SOLÉ, 1998, p.62)

Diante dessa abordagem, entende-se que o gosto pela leitura é despertado pelo próprio entusiasmo do adulto que incentiva as crianças a se aproximarem dos livros, assim a formação de leitores na escola depende muito mais da relação que o professor estabelece com os livros, de um trabalho integrado com toda equipe escolar e com objetivos claros e metodologias inovadoras.

Apesar da amplitude das repostas dos professores quanto a metodologia empregada em sala de aula para o incentivo da leitura e formação de leitores, foi registrado que a escola apresenta subsídios suficientes capazes de embasar o planejamento pedagógico quanto se deseja trabalhar leitura como jogos educativos, acervo da biblioteca, internet, textos informativos, construção de projeto escolares, contação de histórias na área da leitura, jogos, além de textos extraídos da internet sugeridos pelos coordenadores pedagógicos com o intuito de refletir a prática. Contudo, cabe ressaltar que ao extrair atividades prontas da internet o docente deve procurar adequá-la a realidade da sua sala de aula, pois entende que se faz necessário a criação e inovação, e não a reprodução instrumentos pedagógicos.

Assim, para desenvolver melhor o gosto pela leitura é preciso o uso da ludicidade do entretenimento, da magia e, sobretudo, o contato com recursos tecnológicos que o educando da atualidade demonstra ter afinidade.

Em todas as turmas, cujos professores foram entrevistados, foi diagnosticado níveis de leitura diferenciados. Independente do ano cursado pelos alunos, parte dos alunos, sabem ler, mas a outra parte é representada por alunos que leem com dificuldades ou que não leem. Ver quadro abaixo:

Quadro 1 relação professor x por série de ensino

Professor/Turmas	Situação dos alunos em relação à leitura
Professor-1/ 5.º ano	30 alunos leem fluentemente e 7 estão em fase do
Professor-2/ 3.º ano	14 já leem e 7 ainda estão em fase de descoberta

Professor-3/ 4.º ano	20 alunos leem e 13 não leem.
Professor-4/ 2.º ano	05 alunos leem palavras com dificuldades e 15 não sabem ler

Fonte: pesquisa de campo, 2016.

Analisando as respostas dos educadores vale ressaltar que se trata de turmas diversificadas: O Professor-1 atua numa turma de quinto ano; O Professor-2, em turma de terceiro ano; já o Professor-3 em turmas de quarto ano e o Professor-4 ensina a aluno do segundo ano. Assim, foi possível observar que o trabalho com esses alunos requer um aprimoramento tanto no que se refere ao ato de decodificar como também atribuir sentido aos textos trabalhados.

De acordo com FRITH, (1985), há três etapas críticas nesse processo: primeiro, a criança deve ser capaz de identificar os menores componentes como as imagens; segundo deve ser capaz de identificar os menores componentes das palavras, denominadas fonemas, e estabelecer sua relação com os grafemas que lhes correspondem. Terceiro, deve dominar ortografia, ou seja, as regras que regem a correta grafia das palavras.

Um dos maiores desafios da escola, principalmente do profissional docente, é ensinar o aluno a ler. O termo empregado para caracterizar essa fase inicial do aprendizado da leitura se chama alfabetização. Dessa maneira, compreende-se que ao chegarem às séries iniciais do ensino fundamental, as crianças, da Escola Municipal Raquel Silva, ou pelo menos parte delas, sequer domina as etapas acima referenciadas. Algumas sequer apresentarão capacidade de decodificar, isto é, dominar o funcionamento do código alfabético, que constitui a essência do processo de alfabetização.

A compreensão dos docentes sobre para que formar leitores apresenta-se de forma diversas. Para o Professor-1 é tornar a criança *“independente ao mundo a qual está inserido, sendo conhecedor de seus deveres e também dos seus direitos. Ser um cidadão crítico, verdadeiramente”*. Esse entendimento é aproximado do que pensa o Professor- 3, quando este afirma que para tal conquista *“o incentivo do professor é decisivo para encorajar o os alunos a enfrentar os obstáculos no processo de aprimoramento na aprendizagem”*. Já a percepção do Professor-2 sobre a formação de leitores está mais voltada para a didática docente. Revela que é preciso *“Saber selecionar, dentre os textos que circulam socialmente, aqueles que podem atender as suas necessidades estabelecendo estratégias adequadas para abordar tais textos em sala de aula.”* Também, o Professor-4 revela que é preciso *“Saber interpretar o*

texto e usá-lo como instrumento de interação social. É saber fazer da leitura como prática social de uma ação crítica e libertadora do ser humano”.

É possível observar que os pontos de vistas são diversos. O Professor 1 e 3, por exemplo, aproximaram-se mais do ponto de vista almejado, apresentando um entendimento mais organizado sobre a formação de leitores. Entretanto, as respostas dos demais professores estão mais voltadas à prática desse objetivo. Desse modo, apreende-se que formar leitores competentes é fundamentar o alicerce para que os mesmos continuem a aprender na escola e fora dela; é instrumentalizá-los para o exercício da cidadania; é combater a alienação a ignorância, buscando alcançar seus direitos e cumprir seus deveres perante a sociedade.

Nesse âmbito a escola deve ser a portadora para a oferta de apoio pedagógico para que o planejamento possibilite aos educadores uma proposta de qualidade no que se refere a concepções acerca do hábito de planejar, bem como para que serve e para quem planejar. No que tange ao trabalho com a leitura, é preciso que o planejamento esteja pautado na evolução do tempo, na perspectiva da escolha de materiais que estejam vinculados com expectativas reais do meio em que a criança atua, tendo em vista a diversidade de textos, a oferta do lúdico sendo trabalhado com organização e criatividade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação no processo de planejamento tem a ver com uma questão muito prática: o desejo de que as coisas planejadas realmente aconteçam. Quanto maior o nível de participação, maiores as chances de vermos o planejado realizado, visto que tanto os coordenadores como os professores e gestores têm como dever de estabelecer relações de vínculos para poder obter trabalhos eficientes e capazes de apresentar resultados esperados por todos os envolvidos nesse contexto, possibilitando assim o avanço em relação ao processo de desenvolvimento e aprendizagem dos educando. Desse modo, é formidável salientar que a organização de um planejamento não só cabe interesse ao professor que vai para sala de aula, pois o planejamento em si deve promover ações que possam ser vivenciadas em atividades diversificadas em um mesmo tempo para grupos diferentes.

Ficou evidenciado, no decorrer da presente pesquisa, que é necessário um planejamento docente para que o ensino da leitura torne-se prazeroso. E também seja capaz de elevar a leituras daqueles que apresentam um nível deficitário. Portanto, uma das possíveis estratégias a serem planejadas e desenvolvidas seriam atividades realizadas para grupos maiores, a partir daí adequar para outros níveis e fazer as variações necessárias, realização de

atividades coletivas e considerar não apenas os objetivos da atividade proposta, mas, também os conhecimentos de que os alunos dispõem.

Analisar a importância do planejamento pedagógico e suas implicações no processo ensino e aprendizagem da leitura é de grande relevância no processo de desenvolvimento das capacidades e habilidade de cada aluno, tendo em vista que o planejamento pedagógico deve abrir portas para que se possa desencadear uma prática comprometida com a construção de uma educação democrática.

REFERÊNCIAS

BAFFI, Maria Adélia Teixeira. **O Planejamento em educação:** revisando conceitos para mudar concepções e práticas. Petrópolis, RJ: FE/UCP, 2002.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional:** nº4024/61. Brasília: 1961.

_____. Presidência da República. **Lei n. 11.274/2006.** Brasília, 2006.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros:** a leitura literária na escola. Tereza Colomer; [Tradução Laura Sandroni]. São Paulo: Global, 2007.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FUSARI, José. C. **O Planejamento do trabalho Pedagógico:** algumas indagações e tentativas de respostas. s/d (Xerox).

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra.** São Paulo: Petrópolis, 2000.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa.** Editora Loyola. 11 edição. São Paulo. 2000 .

LERNER, D. **Leer y escriba em la escuela:** lo posible y lo necessário. México, de Cultura Económica, 2001.

LIMA, L.O. **Estórias da educação no Brasil:** de Pombal a Passarinho. Rio de Janeiro: Brasília, 1969.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática** - São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições - 6. ed.- São Paulo: Cortez, 1997.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Planejamento na educação infantil:** mais que a atividade, a criança em foco.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos.** 11 ed. São Paulo, Cortez

SACRISTAN, José Gimeno. **A Educação Obrigatória seu sentido educativo e social.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

SOLÉ, Isabel. **Estratégia de leitura**. Porto alegre: Arned, 1998.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O Trabalho Docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 6. ed. São Paulo: Libertad, 1999.